



# **RACISMO, INDIVIDUALISMO, BIOPODER**

*Racisme, individualisme, biopouvoir*

**Guilherme Castelo Branco**

Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ -  
Brasil, e-mail: guicbranco@ig.com.br

---

## **Resumo**

O artigo trabalha com o pensamento político do Michel Foucault, em especial em sua fase da maturidade. Procura demonstrar que a análise política de Foucault é otimista, isto é, que sua perspectiva não se limita à crítica dos exercícios de poder, mas procura se aliar às resistências ao poder. Na verdade, o ponto de partida da análise das relações de poder de Foucault consiste em tomar partido em prol das diversas formas de resistência ao poder, o que o leva a estudar o campo da microfísica do poder, os jogos estratégicos, as técnicas de governo. Neste contexto, propomo-nos a analisar os conceitos de racismo, individualismo e biopoder em Michel Foucault, mostrando como eles são centrais na elaboração da ontologia crítica do presente. A atualidade, que sempre foi objeto das análises de Foucault, apresenta uma face complexa, e põe em cena um mundo pleno de ameaças no qual vivemos, assim como os lugares sempre renovados da oposição à submissão e ao assujeitamento.

**Palavras-chave:** Racismo. Individualismo. Biopoder. Michel Foucault. Atualidade.

---

### **Resumé**

*L'article veut présenter la pensée politique de Michel Foucault, surtout pendant les années de sa maturité intellectuelle. Le travail cherche montrer que l'analyse politique de Foucault est optimiste, c'est-à-dire, qu'il ne se borne à faire la critique des techniques du pouvoir, mais veut s'allier aux résistances au pouvoir. En vérité, le point de départ de l'analyse des relations de pouvoir de Foucault vient de qu'il prend parti des différentes formes de résistance au pouvoir, ce que lui amène à étudier le champ de la microfisique du pouvoir, les jeux stratégiques, les techniques de gouvernement. Dans ce cadre, on se propose à faire l'analyse des concepts de racisme, individualisme e biopouvoir dans l'oeuvre de Michel Foucault, pour montrer qu'ils sont concepts centraux dans l'élaboration de l'ontologie critique du présent. L'actualité, qui a été toujours object des analyses de Foucault, présente une face complexe, et met en scène un monde plein de menaces au quel nous vivons, ainsi que les lieux toujours renouvelés de l'opposition à la soumission et à l'assujettissement*

**Mots-clé:** *Racisme. Individualisme. Biopouvoir. Michel Foucault. Actualité.*

---

Desde o começo dos anos sessenta, com a *História da Loucura*, passando pelo *Nascimento da Biopolítica*, até os textos e entrevistas publicados perto da morte de Michel Foucault (1984), o filósofo repete, exhaustivamente, que uma nova forma de gestão do poder se inicia a partir de fins do século XVIII e perdura até o presente: é o poder pastoral, que decorre de um conjunto plural e complexo de saberes e que aciona um conjunto também completo de intervenções sociais, um e outro centrados na articulação decisiva entre a ordem jurídica, as instituições educacionais, as novas práticas médicas. Os saberes e poderes que visam à normalização, todavia, não são a única novidade na gestão política dos países ocidentais. Ademais, do agenciamento do saber-poder médico com o saber-poder jurídico, no ápice de outros saberes-poderes que tomam nascimento entre os séculos XVIII e XIX, como as Ciências Humanas, surgem diversos modos novos de exercício do poder, visando ao “assujeitamento dos corpos e controle

das populações” (FOUCAULT, 1976, p. 184). O efeito político massivo que daí resulta é a entrada na “era do biopoder” (FOUCAULT, 1976, p. 184). Em síntese, os tempos de biopoder, que também são nossos tempos, caracterizam-se pela ampliação crescente das articulações dos saberes biológicos e biomédicos com os dispositivos jurídico-institucionais, com grandes efeitos no campo da macropolítica, seja nas relações entre os Estados, seja no interior de cada Estado, indo até mesmo à interferência, micropolítica, no modo de vida das pessoas.

Por outro lado, o confronto entre as nações, o confronto dos interesses econômicos dos países, a partir do século XX, passou a produzir guerras cada vez mais sangüinárias, nas quais os combatentes passaram a ser eliminados em escalas nunca antes imaginadas (na época, não foram poucos os que perceberam que as guerras eram também uma maneira de eliminar parcela da população do próprio país, deliberadamente escolhida nas camadas menos desejáveis do povo, segundo o governo ou suas elites). Todavia, para Foucault, o mais aterrador é um fato totalmente novo e singular, fora de situação de guerra interna ou externa, onde “[...] guardadas todas as proporções, até então, os regimes nunca tinham praticado tais holocaustos sobre sua própria população” (FOUCAULT, 1976, p. 179). Sob as mais diversas justificativas e também com as mais diversas estratégias, os Estados, no decorrer do século XX, eliminaram grandes contingentes humanos dentre os membros de suas próprias nações. O que perturba Foucault é que o biopoder, que em tese deveria ser uma modalidade de gestão do poder que tem por finalidade gerir a vida e fazer viver, tenha se convertido, sobretudo, num poder de morte, exercendo a função prioritária de acarretar a morte das pessoas. Com indignação, o filósofo pergunta: “como é possível que um poder político mate, reivindique a morte, exija a morte, faça matar, dê a ordem para matar, exponha à morte não apenas seus inimigos, mas também seus cidadãos?” (FOUCAULT, 1996, p. 205).<sup>1</sup>

As três técnicas de poder estudadas por Foucault, a disciplinarização (tecnologia de controle, sobretudo, dos corpos adestrados), a normalização (ou educação, isto é, controle positivo do comportamento e do pensamento, de maneira sobretudo individualizante), o biopoder (controle da população, tanto em seu fluxo quanto em tamanho), mantêm entre si, malgrado seus diferentes tempos de emergência históricos e seu modo de funcionamento,

---

<sup>1</sup> Utilizo-me da edição em espanhol do curso do Collège de France que recebeu por título Em defesa da sociedade. Esta escolha deve-se à importância da edição espanhola, pirata, que recebeu por título Genealogia del racismo, e que publicou apenas as lições finais do curso. O fato é que esta edição pirata obrigou o Centre Michel Foucault a providenciar a rápida publicação dos cursos de Foucault, com grandes benefícios para os estudiosos de sua obra.

relações circulares e interdependentes. No que diz respeito ao biopoder, a hipótese de Foucault é a de que o genocídio da própria população, um dos aspectos desta forma de gestão política da população, resulta de uma nova modalidade de racismo, de caráter estatal, sustentada por princípios científicos e técnicos: “o que permitiu a inscrição do racismo nos mecanismos do Estado foi, conjuntamente, a emergência do biopoder. Este é o momento em que o racismo é introduzido como mecanismo fundamental do poder e segundo as modalidades exercidas pelos Estados modernos” (FOUCAULT, 1996, p. 205).

O neorracismo que se inicia na era do biopoder, por um lado, se exerce segundo uma crescente e renovável divisão da população em grupos e subgrupos, em raças e sub-raças, numa escalada sem fim, de modo a que seja sempre possível, no interior de uma sociedade ou coletividade, apontar para grupos inferiores, patológicos, doentes, anormais, em oposição a grupos saudáveis, superiores, viçosos. Outro aspecto relevante do exercício do neorracismo é fazer com que as pessoas pensem que suas vidas somente são possíveis à custa da morte de outras. Trata-se da justificativa da manutenção da vida de alguns pela deliberada eliminação de outro qualquer. Frases como “se queres viver, o outro deve morrer” converte-se num *slogan* político e é, a todo momento, utilizado nas chantagens a respeito do direito à riqueza e ao bem-estar social. A grande chantagem está numa associação entre eliminação do outro com purificação da sociedade, como alerta Foucault: “a morte do outro, a morte da raça má, da raça inferior (degenerada, inferior), é isto que tornará a vida mais sã e mais pura” (FOUCAULT, 1996, p. 206).

Nossos tempos, assim, têm alicerçado muitas relações hegemônicas de poder fundamentando-as em justificativas e metáforas de caráter biológico e médico, onde o que está em jogo é a defesa da ordem social e da vida, contra os perigos biológicos, desagregadores e desordenadores, que certos tipos de pessoas carregam consigo. Toda uma tática política que assegura o modo pelo qual o Estado opera, a partir do final do século XIX, vem deste tipo de funcionamento: “a partir do momento em que o Estado passa a funcionar baseado no biopoder, a função homicida do Estado passa a ser assegurada pelo racismo” (FOUCAULT, 1996, p. 207). O processo de transformação do direito ao genocídio numa necessidade social e política já tinha suas origens no genocídio colonizador, que perdura, sem diminuir, até o momento presente. O fato novo no processo político contemporâneo está no discurso legitimador do genocídio de seus cidadãos, apresentado pelos Estados como uma prática imprescindível para levar a cabo a regeneração da própria raça: “quanto mais morrem os outros, mais pura será nossa raça” (FOUCAULT, 1996, p. 209).

O neorracismo é extremamente eficaz nos seus efeitos, e tem sido um instrumento de crescentes e sucessivas medidas de ação política e de

intervenção médica. O racismo de Estado é desenvolvido segundo as competências técnicas, científicas e jurídicas postos à disposição no seu tempo:

[...] estamos longe de um racismo como simples ou tradicional desprezo ou ódio entre raças. Porém, também estamos longe do racismo entendido como uma operação ideológica com a qual o Estado ou uma classe [social] cuidariam de voltar contra um adversário mítico as hostilidades que outros fariam voltar contra eles, ou que poderiam trabalhar no corpo social (FOUCAULT, 1996, p. 209).

Por exemplo, a possibilidade de matar ou eliminar um criminoso é um dos resultados do biopoder, e pode ser estendida, com o passar do tempo, a outros personagens tornados indesejáveis conforme os ventos sociais, como os loucos ou portadores de outras patologias.

Sem sombra de dúvida, o exemplo mais marcante e radical de exercício do biopoder ainda é o caso do nazismo:

[...] o regime nazista não terá como único objetivo a destruição das outras raças. Este é apenas um de seus aspectos. O outro [aspecto] é o de expor a própria raça ao perigo absoluto e universal da morte. O risco de morrer, a exposição à destruição total é um princípio inscrito entre os deveres fundamentais da obediência nazista e entre os objetivos essenciais da política (FOUCAULT, 1996, p. 210).

O que está em jogo, portanto é o sacrifício da própria vida como dever perante o regime e os demais membros da sociedade, chegando ao caso extremo da autoeliminação da própria população, quando esta se revela incapaz de cumprir com os mandamentos políticos de sua nação; ou, mais precisamente, tal possibilidade de autodestruição obedece à seguinte lógica: se uma sociedade não é capaz de se impor como raça superior, ele não merece o direito à vida, e deve se autoeliminar pelo fato de que se converteu uma raça inferior, logo passível de ser destruída. Foucault conclui; “com os nazistas [...] assistimos à emergência de um Estado absolutamente racista, absolutamente homicida, absolutamente suicida” (FOUCAULT, 1996, p. 210). Na Alemanha nazista, na verdade houve a superposição da “solução final”, de 1942 em diante, com a “solução” de abril de 1945.<sup>2</sup>

Foucault chega a indicar que esta junção no Estado moderno, do racismo com o suicídio, não é uma fórmula que se encerrou no episódio do regime nazista. Tal articulação acontece, em maior ou menor magnitude, em todos os Estados, capitalistas ou socialistas. O processo que leva à aposta entre a vida e a

<sup>2</sup> Esta “solução” aparece no Telegrama 71. O teor do telegrama é assustador: nele, Hitler dá a ordem de se eliminar as condições que mantinham o povo alemão com vida.

morte de toda uma população, está em pleno vigor na atualidade, se levamos em conta o arsenal bélico disponível a inúmeros países do mundo. O pensador faz um alerta, a propósito dos arsenais militares gigantescos, aliados à potência genocida dos Estados: “a situação atômica é hoje o ponto culminante deste processo: o poder de expor uma população a uma morte geral é o inverso de garantir à outra {população} sua manutenção na existência” (FOUCAULT, 1976, p. 180).

O quadro só não é definitivamente apocalíptico porque Foucault, francamente partidário das lutas de resistência como instrumento de transformação das estruturas hegemônicas de poder, acredita que é possível estabelecer limites ao puro e simples racismo de Estado em decorrência das lutas de libertação e de contestação. A ponto de que ele mesmo lembra que o caráter genocida do Estado tem várias faces e manifestações: “[...] quando falo de homicídio, não penso somente no assassinato político direto, mas em tudo que pode ser, também, morte indireta: o direito de expor à morte, ou de multiplicar para alguns o risco de morte, ou – mais simplesmente – a morte política, a expulsão” (FOUCAULT, 1996, p. 207).

O racismo e o genocídio inerentes ao Estado contemporâneo, certamente, não são realizados sem lutas de resistência. Mas não deixa de ser um fato notável que tenham sido exercidos, na modernidade, em escala tão gigantesca, sem enfrentar uma contestação generalizada e sistemática das sociedades. Tentaremos responder a esta questão mostrando como, a partir dos textos de Foucault, os procedimentos normalizadores constituíram um assujeitamento indissociável do individualismo burguês, e que foram o fermento inicial para a posterior intervenção do Estado sobre o direito de vida e morte das populações. Datados dos primeiros anos da década de setenta, seus artigos, entrevistas e cursos, sempre tiveram como tema decisivo a questão do individualismo, assim como o da formação da individualidade, a mesmo título que a constituição de uma subjetividade assujeitada, submissa aos poderes.<sup>3</sup> Ainda que de modo breve, tentaremos seguir alguns dos passos do pensador francês neste tema.

Um primeiro elemento decorre da percepção de que os proletários e os pequeno-burgueses no século XIX, malgrado suas diferenças sociais, tinham reivindicações e aspirações que foram objeto de progressiva conquista histórica, mas a um preço que não foi pequeno. A luta pelo direito ao ensino e ao atendimento hospitalar, por exemplo, se revelam uma combatividade por direitos, mostram, por outro lado, que sua conquista leva a um modo de vida sedentário e conformado.

---

<sup>3</sup> A este respeito, a passagem entre as páginas 226 e 227 do *Dits et Écrits*, v. 2, n. 98, 1994 é um exemplo irrefutável do anti-individualismo de Foucault.

Trata-se do fim do ciclo das constantes migrações e do gosto pela vida “livre e nômade,” em nome de certas conquistas de bem-estar social para a família. Associado a estas aspirações, criam-se caixas de poupança, para que as pessoas possam comprar suas casas, ainda que simples, e fixar residência, à custa de enorme esforço da família, que tudo deve poupar e suportar para não perder sua única propriedade potencial, conquistada com o assujeitamento das pessoas e com o estabelecimento de uma vida regrada e sem prodigalidade de nenhuma espécie. A organização da família, sua estrutura interna no cotidiano, torna-se rígida, totalmente em conformidade com uma moral da restrição e do controle pessoal e familiar do padrão de consumo (ao contrário da incitação ao consumo na atualidade, mesmo para as classes populares). Na verdade, alerta Foucault, a respeito destas lutas populares por direitos no século XIX, que se prolongam no século XX: “dizendo de outra maneira, a moralidade imposta do cima converte-se numa arma em sentido inverso”(FOUCAULT, 1994, v. 2, p. 664).

Outro elemento que contou para a quebra dos vínculos comunitários foi o desenvolvimento do sistema de seguridade e de previdência social, na medida em que para dar direito a um possível ‘benefício’, passa a exigir uma vida de trabalho, e também uma maneira de conduzir a vida (regrada e sem riscos), assim como pede hábitos e rotinas que não levem ao aumento de gastos em seu orçamento global. As pessoas são separadas entre as cobertas pela seguridade social e as sem direito a ela, e estas segundas são logo vistas pelos demais como quase-párias e indesejáveis socialmente, uma vez que têm um modo de vida inconsequente e perigoso. A aspiração ao direito à previdência social, portanto, se faz à custa de uma vida assujeitada, submissa a padrões de controle e de governabilidade, avessa a todo risco, intensidade e forma de vida desarrazoáveis.

A própria família passa por um extraordinário processo de transformação e torna-se suscetível de sofrer intervenções de instituições e profissionais na sua esfera íntima. Foucault descreve, no seu curso do Collège de France de 1974-75,<sup>4</sup> que ao longo do século XIX, o desenvolvimento da família nuclear burguesa se fez com o envolvimento dela com outras práticas institucionais. Ao contrário da família aristocrática, muita extensa, com primos, amigos e parentes distantes morando nas residências, com escasso envolvimento dos pais na vida cotidiana das crianças, a nova família burguesa e pequeno-burguesa passa a ser nuclear e pouco numerosa e realiza um escrupuloso cuidado parental sobre as crianças no seu ambiente interno ou doméstico. O cuidado dos pais, todavia, não é a única exigência social nova; deve ser prolongado e supervisionado por um

---

<sup>4</sup> Publicado sob o título Os anormais.

controle externo, supostamente mais especializado e preparado, feito por profissionais dotados de conhecimentos e técnicas de intervenção, como seriam os educadores assistentes sociais, e, sobretudo, os médicos. Ocorre, neste caso, uma certa inversão: a relação pais-filhos prolonga a relação médico-paciente. Ao menor sinal de alguma perturbação no interior da família, o médico deve ser chamado a intervir, realizando uma mediação entre os familiares. O novo grupo familiar, celular, não deixa de se caracterizar por uma irônica subordinação do convívio a um saber-poder externo, o que faz dessa nova família, além ser uma instituição afetiva, sexual e econômica, uma família medicalizada. Entre uma pessoa 'doente' e o restante da família, é o médico o principal ator e interveniente. A família, como um todo, vê-se envolvida pelo tratamento, de modo direto, mas não é ela que toma as decisões sobre o que fazer e como fazer.

Além do mais, a nova família burguesa recebe do Estado republicano em vias de se constituir uma função educativa que não possuía anteriormente. Os pais devem cuidar dos filhos, não devem deixá-los morrer, devem educá-los para entregá-los prontos, mais tarde, para exercerem a cidadania, o civismo, a vida laboral. Os pais passam a ser responsabilizados pelo desempenho dos filhos na escola. Passam a competir com os outros pais pelo bom desempenho de seus filhos, de preferência com desempenhos melhores do que os outros. Para ter êxito nesta tarefa educativa os pais passam a solicitar e a obedecer a uma série de regras fundadas em 'padrões' de racionalidade prescritos por médicos, educadores, guias morais. E estes agentes do bom desempenho escolar constituem um discurso bastante paradoxal: pedem, chegam mesmo a exigir a total abnegação dos pais na educação de seus filhos, para depois, com total desprendimento, deixá-los partir, jovens adultos, para cumprirem, por sua vez, as suas 'obrigações' sociais, econômicas, políticas.

Ordem médica, sistema educacional, sistema judiciário, enfim todo um complexo de saberes é crescentemente chamado a atuar onde anteriormente o bom senso e a experiência comunitária ou coletiva faziam valer suas lições. A partir do século XIX, os saberes, em especial as Ciências Humanas, criam uma complexa rede de instituições, multicausal e heterogênea, que trabalha em prol da defesa da sociedade.

O resultado deste processo complexo de gestão da vida humana são indivíduos formados, constituídos pelos poderes. O poder, entendido no plural, deste modo, não apenas adentra corpos e normaliza comportamentos e atitudes, mas constitui as próprias individualidades. Mais ainda, produz as formas de vida e o dia-a-dia dos indivíduos, voltados para si e distanciados das demais pessoas, centrados quase que exclusivamente para seu próprio mundo e para seus pequenos rendimentos

e recursos, o que Foucault chama de ‘individualismo’. O individualismo, considerado como um modo de viver e de pensar a vida, passa a estar centrado na ‘moral do interesse’ (FOUCAULT, 1994, v. 4, p. 629) que foi inculcada na pequeno-burguesia, e que foi estendida às classes populares a partir do século XIX. Um modo de vida egoísta, desvinculado dos demais, esta é a característica do modo de vida dos indivíduos assujeitados na modernidade. Tal comportamento apartado das outras pessoas, expressão da vida submetida ao poder, lembra Foucault, é produto de um processo histórico voltado para o controle da vida pessoal:

Esta forma de poder se exerce na vida cotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, os designa em sua individualidade própria, os adstringe às suas individualidades, lhes impõem uma lei de verdade que eles devem aceitar e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. (FOUCAULT, 1994, v. 4, p. 227).

O individualismo, para Foucault, ocorre na contramão da vida comunitária. Decorre de práticas divisórias que separam, crescentemente, as pessoas umas das outras, que levam a uma vida solitária, que incita os indivíduos a cuidarem dos outros apenas segundo a dimensão do controle, da denúncia, do chamamento à ordem e à obediência das normas. Cria-se, assim, uma ‘policia da cidadania’, onde todos são convocados a controlar os demais. Simultaneamente, tais práticas divisórias já contêm elementos do racismo, de acordo com a concepção de Foucault, pois fazem do indivíduo um mero objeto, como no exemplo da “separação entre o louco e o homem são, entre o doente e o indivíduo sadio, entre o criminoso e o ‘bom moço’” (FOUCAULT, 1994, v. 4, p. 227).

Quando, na fase final de sua obra, designada como ético-política, Foucault dá relevo às relações de poder e às resistências ao poder, Foucault não pode deixar de conceder um lugar importante, dentre as lutas de resistência relevantes da atualidade, às lutas em torno da individuação e contrárias ao individualismo, como “as que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo. E assegura, deste modo, sua submissão aos outros (lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas subjetividade e de submissão” (FOUCAULT, 1994, v. 4, p. 227). O que não significa dizer que as lutas contra o assujeitamento desmereçam as demais tradicionais formas de luta; mas que elas, na verdade, são as mais incisivas do tempo presente: “[...] hoje, na atualidade, é a luta contra as formas de assujeitamento – contra a submissão de subjetividade – que prevalece cada vez mais, ainda mais porque as lutas contra a dominação e a exploração não desapareceram, bem pelo contrário” (FOUCAULT, 1994, v. 4, p. 228). Ao fim e ao cabo, nós também temos que recusar, se tivermos ainda capacidade de reação aos instrumentos e tecnologias do poder, o tipo de

individualidade com a qual fomos forjados, e sermos capazes de inventar e criar novas formas de vida e novas relações conosco mesmos, e, neste segundo caso, temos que ultrapassar constantemente os nossos limites subjetivos.

As lutas de libertação e as resistências ao poder, portanto, no contexto da agonística das relações de poder, pedem organização estratégica e um trabalho constante de renovação dos espaços de liberdade, individuais e coletivos. Otimista no campo da política, Michel Foucault acredita na transformação potencial da organização social e política mundializada e individualista em que vivemos. Obstinado pela ideia de pensar o presente para que encontremos saídas possíveis aos impasses e desafios que nos são apresentados, Foucault trouxe importantes conceitos para se pensar a política e a ética na atualidade. Em tempos de biopoder, alerta o pensador, a vida, a vida exuberante, generosa e coletiva, é um bem precioso, sobre a qual devemos pensar, e sem ela nada somos e temos.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité I**. La Volonté de Savoir. Paris: Gallimard, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Histoire de la sexualité II**. L'Usage des Plaisirs. Paris: Gallimard, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Dits et écrits 1954-1988**. Paris: Gallimard, 1994. 4 v.
- \_\_\_\_\_. **Genealogia del racismo**. La Plata: Altamira, 1996.

Recebido: 23/11/2008

*Received:* 11/23/2008

Aprovado: 05/01/2009

*Approved:* 01/05/2009

Revisado: 02/10/2009

*Reviewed:* 10/02/2009